

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Curuçá, 06/11/ 2016 – 9h50 – 12h50

Local: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Fátima Ribeiro	Tatiane Moraes	Instituto Lá no Mangue
	Débora Aguiar	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curuçá- STTR
		Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá- AUREMAG
		Associação das Marisqueiras da Comunidade dos Monteiros
		CONFREM
		Colônia de Pescadores Z- 05 de Curuçá
		Câmara Municipal
		Prefeitura Municipal
		ICMBio- RESEX Chocoaré-Mato Grosso
		ICMBio- RESEX Mãe Grande de Curuçá
		IBAMA- Superintendência Regional de Belém/PA
		IBAMA- CGPEG

Às 09h50min Gabriel Carvalho, da CGPEG/IBAMA, iniciou a reunião se apresentando e solicitando que todos os presentes se apresentassem. Após a apresentação de todos, Gabriel apresentou as instituições presentes: BP, IBAMA e AECOM, e esclareceu o motivo da reunião e sua importância. Prosseguiu exibindo um mapa de localização com os Blocos de Perfuração Exploratória na Margem Equatorial, incluindo o Bloco FZA-M-59 que pertence à BP. Além disso, ressaltou que essa atividade se refere a uma atividade marítima, abordou os impactos e riscos associados ao empreendimento, e indicou a necessidade do licenciamento para que tais blocos sejam explorados.

Fátima Ribeiro, representante da BP, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.



A representante da AECOM, Tatiane Moraes, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

A participante Célia Regina, do CONFREM, falou sobre a importância de comunicação com as diversas esferas sociais para explicar o Estudo de Impacto Ambiental, visando o desenvolvimento local.

O representante da Colônia de Pesca Z-05, Antônio Maria, questionou se a empresa não entregaria os mapas impressos com a localização do bloco. Tatiane Moraes, representante AECOM, explicou que posteriormente esses mapas serão disponibilizados, já que o estudo ainda está sob análise do IBAMA, e disponibilizou a apresentação exibida na reunião.

A participante, vereadora Graça, questionou sobre os impactos da atividade para Curuçá, e destacou considerar importante a participação de mais pessoas das distintas esferas sociais nas reuniões. Tatiane Moraes, representante BP, discursou sobre as interferências na atividade pesqueira devido a sobreposição do uso do espaço de navegação utilizado pelos barcos de pesca com o trânsito de embarcações de apoio da atividade, esclarecendo que foram identificados pescadores do município de Curuçá nessa rota. Ressaltou ainda o impacto de geração de expectativas sociais advindas por conta da atividade na região. Em relação à participação nas reuniões setoriais, foi esclarecido que nestas reuniões é prevista a presença de lideranças locais, sendo toda a comunidade convidada a participar da Audiência Pública, que ocorrerá posteriormente.

A vereadora Graça questionou sobre a destinação dos resíduos, se os municípios da área de influência realizassem um consórcio para a construção de um aterro sanitário que pudesse ser aproveitado pela atividade. Tatiane Moraes, representante AECOM, explicou sobre o cronograma da atividade BP, o tempo que levaria para o licenciamento de um aterro, e complementou ressaltando a importância de desenvolvimento da infraestrutura local, independente da atuação da empresa BP.

O representante da Colônia de pescadores questionou sobre a comunicação com os pescadores para realização do estudo sobre a pesca, e disse não ter sido consultado.

A representante do CONFREM fez comparações entre as reuniões setoriais da TOTAL e esta da BP, relatando que a Total não fez uma reunião tão abrangente, ou seja, com tantos setores da sociedade, partindo logo para a Audiência Pública. Disse ainda que é importante convidar procuradores públicos para participar das reuniões e invocou os demais participantes a se emponderarem para divulgar as reuniões para mais lideranças, não deixando somente a



responsabilidade por conta da empresa. Concluiu falando sobre a audiência pública da Totalém Belém, na qual, a seu ver, a presença de pesquisadores das universidades públicas ajudou na crítica ao estudo.

O vereador Joel discorreu sobre importância das reuniões, das informações prestadas, mas disse se preocupar com a legislação ambiental, citando diversos exemplos de catástrofes ambientais, cujos culpados não são responsabilizados. Gabriel Carvalho, representante do CGPEG/IBAMA, explicou o papel do Licenciamento Ambiental, a importância do diálogo contínuo com a empresa, e de forma mais abrangente, com o poder público, para buscar melhorar a legislação. Discorreu ainda sobre a diferença entre licenciamento e responsabilidade social, explicando que o licenciamento busca mitigar e compensar os impactos. Complementou exaltando a importância do fortalecimento comunitário, e buscou esclarecer as etapas de contato entre comunidade e empresa, através das reuniões e audiências públicas.

A participante, vereadora Graça, questionou sobre os *royalties*. Gabriel Carvalho, representante do CGPEG/IBAMA, explicou que a etapa pretendida pela atividade BP ainda não envolve royalties, que este é um benefício que ocorre na fase de produção e sua distribuição é baseada em regras da ANP.

A representante do CONFREM, Célia Regina, relatou a importância de mobilizações mais efetivas por parte da empresa.

O representante da câmara municipal questionou sobre a utilização do cascalho retirado durante a perfuração, e se o IBAMA realmente fiscaliza esse descarte. Tatiane de Moraes, representante AECOM, explicou que esse cascalho é a rocha triturada, que é analisado e posteriormente passa por um processamento, podendo ser descartado no mar novamente, caso apresente valores dentro do limite aceitável de substâncias químicas, conforme determinação do IBAMA. Explicou ainda que o Programa de Monitoramento de Cascalhos e Fluidos de Perfuração (PMCF) é um projeto de mitigação exigido pelo IBAMA. O representante Gabriel Carvalho, representante do CGPEG/IBAMA, fez algumas complementações sanando o questionamento.

Por fim, Tatiane Moraes, representante AECOM, apresentou os riscos, as medidas de prevenção de acidentes, de monitoramento e os planos de resposta à emergência.

O representante do ICMBio, Carlos Henrique, questionou a forma de contato com a empresa e o IBAMA. Fátima Ribeiro, representante BP, e Gabriel Carvalho, representante CGPEG/IBAMA, expuseram seus contatos e se colocaram à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

O representante do CONFREM, Marcelo Costa, falou sobre a importância de fortalecer a comunicação via rádio entre pescadores e embarcação de apoio. A representante AECOM, Tatiane Moraes, explicou que os pescadores serão informados sobre o trânsito dessas embarcações de apoio e serão distribuídos panfletos informativos com meios de contato. Gabriel Carvalho, representante CGPEG/IBAMA complementou com alguns esclarecimentos.

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



O secretário de Meio Ambiente, Rui, solicitou aos representantes do IBAMA que tratem algumas necessidades do município como condicionantes, e ainda relatou considerar os técnicos do IBAMA alheios a realidade local. Gabriel Carvalho, representante CGPEG/ IBAMA, fez alguns esclarecimentos sobre o escopo do processo de licenciamento e colocou-se aberto ao debate.

O representante do ICMBio, Maximiliano Rodrigues, questionou sobre a disponibilização da Ata desta reunião. A representante BP, Fátima Ribeiro, explicou que a Ata será disponibilizada para o IBAMA no final de janeiro/2017.

Fátima Ribeiro, representante BP, pediu a palavra e esclareceu de maneira objetiva o real impacto da atividade para a localidade Curuçá, relatando as solicitações do processo de licenciamento, a necessidade de respeitar tais solicitações, bem como as regras de navegação da Marinha do Brasil. Por fim, detalhou o porquê de a empresa não realizar projetos de responsabilidade social na etapa de perfuração exploratória, e disponibilizou seu contato.

Um dos participantes da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá- AUREMAG discorreu sobre a necessidade de uma condicionante para ouvir as comunidades locais, por se tratar de uma área de influência com uma reserva, por perceber impactos para a pesca.

A vereadora Graça, relatou o respeito da empresa de vir a Curuçá explicar a atividade e disse compreender que a cada nova fase, novos estudos serão realizados.

O representante do ICMBio, Maximiliano Rodrigues, disse considerar que esta etapa cumpriu seu papel informativo.

O representante da Colônia de Pesca Z- 05, Antônio Maria, relatou a importância da presença do IBAMA na reunião, algo que não houve na reunião da empresa TOTAL. Gabriel Carvalho, representante CGPEG/ IBAMA, ressaltou que não houve acompanhamento da reunião da TOTAL por conta da falta de recursos do próprio IBAMA, não sendo esta uma responsabilidade da empresa TOTAL.

A participante, vereadora Graça, agradeceu a realização da reunião e solicitou a disponibilização do Estudo de Impacto Ambiental para ser discutido na câmara dos vereadores. Gabriel Carvalho, representante CGPEG/ IBAMA, explicou que o estudo está em análise e será disponibilizado para consulta pública em tempo hábil para a audiência pública.

A representante Sandra Gonçalves, do CONFREM, solicitou o Relatório de Impacto Ambiental da atividade BP. Gabriel Carvalho, representante CGPEG/ IBAMA, explicou que este material poderá ser disponibilizado pela empresa, assim que avaliado pelo IBAMA.

Às 12h50min a reunião foi encerrada por Fátima Ribeiro, representante BP.